

Sumário

Introdução	1
------------------	---

Primeira Parte. Premissas Teóricas

1. Jurisdição constitucional e o processo eleitoral:	
o direito na política e a política no direito	9
1.1 A jurisdição constitucional entre a ameaça e a esperança	9
1.2 A constitucionalização da política democrática	12
1.3 Jurisdição constitucional e processo eleitoral no Brasil	19
1.4 Três questionamentos sobre relação entre jurisdição constitucional e o processo eleitoral.....	26
1.4.1 Por que? A teoria do “seguro eleitoral” e a jurisdição constitucional como garantia aos perdedores do jogo democrático... <td>26</td>	26
1.4.2 Quando? O proceduralismo: a jurisdição constitucional como via de manter abertos os canais democráticos.....	33
1.4.3 Como? O constitucionalismo democrático: a construção do sentido da Constituição pelas cortes constitucionais, instituições políticas e a vontade popular.....	42
1.5 Alguns comentários finais.....	56
2. Liberdade de expressão e democracia:	
a centralidade da proteção ao discurso político	57
2.1 Introdução.....	57
2.2 Justificando a proteção da liberdade de expressão	60
2.3 Explorando a relação entre liberdade de expressão e democracia	70
2.3.1 Teoria democrática e liberdade de expressão.....	70
2.3.2 A limitação da liberdade de expressão ao discurso político?	82
2.3.3 Liberdade de expressão como proteção ao dissenso	86
2.4 Liberdade de expressão, democracia e discurso político na jurisprudência constitucional.	92

2.4.1	Liberdade de expressão como pressuposto da democracia	92
2.4.2	Categorização: a liberdade de expressão na Suprema Corte dos Estados Unidos	98
2.5	Comentários finais	107

Segunda Parte. Liberdade de Expressão Eleitoral

3.	Liberdade de expressão e eleições	109
3.1	O “excepcionalismo eleitoral” à liberdade de expressão	109
3.2	O princípio da igualdade de oportunidades nas disputas eleitorais	125
3.3	Alguns aspectos controvertidos envolvendo discurso eleitoral.....	145
3.3.1	Tolerância e democracia: discursos radicais no processo eleitoral	145
3.3.2	Financiamento de campanhas políticas.....	152
3.3.3	Pesquisas eleitorais.....	171
4.	Propaganda política	177
4.1	Propaganda e marketing político	177
4.2	Efeitos da propaganda política.....	192
4.3	Propaganda político-eleitoral: uma perspectiva comparada	201
4.3.1	Modelo liberal.....	204
4.3.2	Modelo público.....	211
4.3.3	Modelo híbrido.....	218
4.3.4	Proibição da propaganda política na televisão	225
4.4	Conclusões parciais	230
5.	Quando, onde e como: o regime da propaganda político-eleitoral no direito brasileiro	232
5.1	Introdução, ou “ao vencedor, as batatas”.....	232
5.2	Tipos de propaganda político-eleitoral	235
5.3	Restrições à propaganda eleitoral	248
5.3.1	Restrições temporais. O conceito de propaganda eleitoral antecipada	248

5.3.2 Restrições de acordo com a natureza dos bens (públicos e particulares)	260
5.3.3 Restrições à forma de realização da propaganda eleitoral.....	265
5.3.4 Restrições de acordo com o meio de comunicação.....	268
5.3.5 Restrições quanto ao conteúdo. A propaganda eleitoral negativa e o direito de resposta	275
5.3.6 Propaganda eleitoral na internet: aspectos específicos	285
5.3.7 Pesquisas e debates eleitorais	293

Terceira Parte. Propagandas Eleitorais Negativa e Antecipada

6. Propaganda eleitoral negativa	299
6.1 Introdução.....	299
6.2 Propaganda negativa e democracia: alguns dilemas	303
6.3 Propaganda negativa no direito brasileiro: uma análise jurisprudencial.....	328
6.3.1 Considerações gerais sobre propaganda negativa no Brasil. Sanções e o direito de resposta em matéria eleitoral	328
6.3.2 Propaganda negativa no Tribunal Superior Eleitoral (2012-2014)	337
6.3.3 Propaganda negativa no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (2012-2014)	340
6.3.4 Algumas conclusões	343
6.4 Avaliando a propaganda político-eleitoral negativa à luz da posição preferencial da liberdade de expressão: parâmetros	346
6.4.1 Considerações gerais.....	346
6.4.2 Em defesa da propaganda negativa: democracia e liberdade de expressão.....	353
6.4.3 O controle da propaganda negativa: parâmetros	363
7. Propaganda eleitoral antecipada	382
7.1 Introdução: maratona ou corrida de cem metros?	382
7.2 Em defesa da democracia como ela é: o papel das campanhas políticas	385

7.3 Propaganda eleitoral antecipada na jurisprudência brasileira.....	398
7.3.1 Propaganda eleitoral antecipada no Tribunal Superior Eleitoral (2012-2014)	401
7.3.2. Propaganda eleitoral antecipada no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (2012-2014)	404
7.3.3 Algumas conclusões	406
7.4 Avaliação constitucional da vedação à propaganda eleitoral antecipada	410
7.4.1 A experiência comparada e três valores fundamentais: liberdade de expressão, democracia e igualdade.....	410
7.4.2 O fim da linha divisória entre política e eleições: alguns parâmetros	425
Conclusão.....	437
Referências Bibliográficas	441